



## **CARTÓRIO NOTARIAL DE SÓNIA PEREIRA**

Rua João Machado, n° 100, 1° dto

3000 - 226 Coimbra

Telf: 239 822 390 /Fax: 239 828 234

E-mail : cartorio.soniapereira@gmail.com

Certifico que a presente fotocópia com valor de certidão composta por **QUINZE** páginas todas numeradas e rubricadas está conforme o original da escritura de **CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO** lavrada de folhas **SETENTA E SETE** a folhas **SETENTA E OITO** do livro de notas para escrituras diversas número **CENTO E QUARENTA E TRÊS – A**, deste Cartório, assim como do documento complementar que a integra. \_\_\_\_\_

**Cartório Notarial de Coimbra, a cargo da Notária Sónia Pereira, dez de maio de dois mil e dezanove.** \_\_\_\_\_

O colaborador com poderes delegados pela Notária Sónia Marisa Ramos

Pereira, publicada no Sítio da Ordem dos Notários em 01.02.2013

(Luís Filipe de Assunção Amaral, 329/8)

Conta n.º: **1.724/2019**

SHR

**CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO**

No dia dez de maio de dois mil e dezanove, no Cartório Notarial sito à Rua João Machado, nº 100, 1º direito, em Coimbra, a meu cargo, perante mim, Licenciada, Sónia Marisa Ramos Pereira, respetiva notária, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

**LUÍS MIGUEL PADILHA RALHA RIBEIRO,** \_\_\_\_\_

**JOANA SILVESTRE RODRIGUES CIPRIANO,** \_\_\_\_\_

**MANUEL JOSÉ BRANDÃO MALVA,** \_\_\_\_\_

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. \_\_\_\_\_

E por eles foi dito: \_\_\_\_\_

Que, pela presente escritura, constituem uma associação de direito privado, denominada **“MILVOZ – ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO E**

**CONSERVAÇÃO DA NATUREZA"**, com sede na Rua da Calçada Antiga, número 1, lugar de Assafarge, união de freguesias de Assafarge e Antanol, concelho de Coimbra, (CP 3040-657). \_\_\_\_\_

A Associação tem como **objeto** promover a proteção do património natural, cultural e paisagístico existente e valorizar e ampliar zonas de elevado valor ecológico, não só através da criação de uma rede de reservas naturais em zonas de biodiversidade rica e de floresta autóctone portuguesa, bem como preservando a paisagem e o espaço rural. \_\_\_\_\_

1. Para a prossecução do seu objetivo a Associação propõe-se: \_\_\_\_\_

- a) À aquisição de terrenos com objetivo de gestão e conservação; \_\_\_\_\_
- b) À promoção de iniciativas de voluntariado, convívio e aprendizagem; \_\_\_\_\_
- c) À divulgação ambiental com carácter didático e científico; \_\_\_\_\_
- d) À execução de projetos de estudo da biodiversidade com benefícios para a conservação da natureza; \_\_\_\_\_
- e) Estimular o intercâmbio com associações congéneres nacionais e internacionais e recolher as experiências e soluções que mais se adaptem às necessidades locais e da Associação; \_\_\_\_\_
- f) Ao estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais com outras entidades públicas ou privadas e promover a troca de ideias de carácter técnico e científico a bem da proteção e conservação da Natureza e da Associação. \_\_\_\_\_

2. A Associação exerce a sua atuação com total independência e autonomia, sendo apartidária e liberta de qualquer vínculo económico, religioso ou de qualquer outro carácter. \_\_\_\_\_

Que a associação ora constituída fica a reger-se pelos estatutos constantes do



documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo declararam perfeitamente conhecer, dispensando por isso a sua leitura. \_\_\_\_\_

Assim o outorgaram. \_\_\_\_\_

Adverti os outorgantes: \_\_\_\_\_

Da ineficácia deste ato em relação a terceiros enquanto não for publicado, conforme o disposto nos números 2 e 3 do artigo 168º do Código Civil. \_\_\_\_

**ARQUIVO:** \_\_\_\_\_

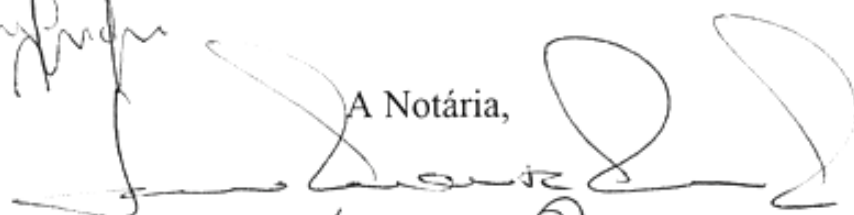
O mencionado documento complementar; e \_\_\_\_\_

Certificado de admissibilidade da denominação adoptada com o código de acesso 4424-5505-7173, consultado hoje do qual consta ainda o NIPC 515.467.472. \_\_\_\_\_

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos feita a explicação do seu conteúdo. \_\_\_\_\_

- João Guilherme de Almeida Ribeiro
- Maane Silvestre Rodrigues Cipriano
- Marylinda

A Notária,



Conta registada sob o nº 1724 / 2019 811

93 227  
143-A 77

*[Handwritten signatures and initials]*

## **CAPÍTULO I**

### **Denominação, Sede, Duração e Constituição e Fim**

#### **Artigo 1.º** **Denominação e Sede**

1. A Associação é uma instituição sem fins lucrativos que adopta a denominação **"MILVOZ - Associação de Protecção e Conservação da Natureza"**, tendo a sua sede na Rua da Calçada Antiga, nº 1, União das Freguesias de Assafarge e Antanho, concelho de Coimbra, CP 3040-657.
2. A sede da Associação pode ser transferida para qualquer outro local, por deliberação da respectiva Direcção.

#### **Artigo 2.º** **Duração e Constituição**

A Associação é de duração indeterminada e constituída por pessoas individuais e colectivas, nacionais ou estrangeiras que, voluntariamente, se comprometem à execução e prossecução dos seus fins e objectivos.

#### **Artigo 3.º** **Princípios e Objectivos**

A Associação tem como objetivo promover a protecção do património natural, cultural e paisagístico existente e valorizar e ampliar zonas de elevado valor ecológico, não só através da criação de uma rede de reservas naturais em zonas de biodiversidade rica e de floresta autóctone portuguesa, bem como preservando a paisagem e o espaço rural.

1. Para a prossecução do seu objetivo a Associação propõe-se:
  - a) À aquisição de terrenos com objetivo de gestão e conservação;
  - b) À promoção de iniciativas de voluntariado, convívio e aprendizagem;
  - c) À divulgação ambiental com carácter didático e científico;
  - d) À execução de projetos de estudo da biodiversidade com benefícios para a conservação da natureza;
  - e) Estimular o intercâmbio com associações congéneres nacionais e internacionais e recolher as experiências e soluções que mais se adaptem às necessidades locais e da Associação;
  - f) Ao estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais com outras entidades públicas ou privadas e promover a troca de ideias de carácter técnico e científico a bem da protecção e conservação da Natureza e da Associação.
2. A Associação exerce a sua atuação com total independência e autonomia, sendo apartidária e liberta de qualquer vínculo económico, religioso ou de qualquer outro carácter.

## **CAPÍTULO II**



## **Associados**

### **Artigo 4.º**

#### **Aquisição da qualidade de Associado**

1. Poderão associar-se todas as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras.
2. A admissão de associados faz-se mediante a expressão dessa vontade pelo candidato a associado e pela aprovação pela Direção.
3. São associados todas as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, cujo pedido de adesão seja aceite pela Direção.
4. São associados fundadores os que promoveram a associação e subscreveram a sua constituição.
5. Os associados fundadores gozam plenamente de todos os direitos e obrigações dentro da associação.
6. São associados honorários as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, a quem a Associação atribua essa qualidade, por decisão da Direção, em função da atividade desenvolvida em prol da prossecução dos objectivos da Associação.

### **Artigo 5.º**

#### **Direitos dos Associados**

São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Votar nas sessões da Assembleia Geral;
- c) Eleger os candidatos para os órgãos sociais desde que tenham as quotas em dia;
- d) Ser eleitos para os corpos sociais desde que tenham, no mínimo, três anos de inscrição na associação e as quotas em dia, excluindo-se as pessoas coletivas;
- e) Apresentar sugestões e propostas à Direção;
- f) Assistir e participar nas iniciativas e atividades promovidas pela Associação.

### **Artigo 6.º**

#### **Deveres dos Associados**

São deveres dos associados:

- a) Respeitar os princípios da Associação e contribuir para o cumprimento dos fins da Associação;
- b) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e dos demais órgãos sociais ou grupos de trabalho de que façam parte;
- c) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos sociais para que forem eleitos ou designados;
- d) Observar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos órgãos sociais da Associação;
- e) Colaborar nas atividades da Associação;
- f) Pagar atempadamente as suas quotas;
- g) Comunicar à Associação as alterações dos seus dados pessoais relevantes para a quotização ou envio de correspondência.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## **Artigo 7.º** **Perda da qualidade de Associado**

1. A qualidade de associado perde-se:
  - a) Por falecimento do associado;
  - b) Por decisão voluntária do associado formalmente apresentada à Direção;
  - c) Por expulsão da Associação, os associados que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação e aqueles cujo incumprimento dos deveres estatutários ou regulamentares prejudique gravemente a Associação, mediante proposta fundamentada da Direção aprovada em Assembleia Geral;
  - d) Pelo incumprimento da obrigação de pagamento das quotizações, nos termos previstos no nº 4.
2. O associado entra em incumprimento da obrigação de regularização de quotizações decorridos doze meses sobre o termo do ano civil correspondente à última quotização regularizada.
3. Após o decurso dos doze meses referidos no número anterior serão suspensos os direitos do associado salvo se este regularizar as quotizações em falta.
4. A perda da qualidade de associado ocorre após um ano de suspensão de direitos.

## **CAPÍTULO III**

### **Órgãos Sociais**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 8.º** **Órgãos**

São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

1. O exercício dos cargos é gratuito, sem prejuízo de qualquer outra deliberação assumida em Assembleia Geral.

#### **Artigo 9.º** **Vinculação**

Obrigam a Associação a assinatura conjunta do Presidente e do Tesoureiro ou respetivos substitutos estatutários, em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira. Em todos os outros assuntos, a associação vincula-se através da assinatura conjunta do Presidente e de um outro membro da Direção ou respetivos substitutos estatutários.

#### **Artigo 10.º** **Mandato**

1. O mandato dos órgãos sociais é de quatro anos, sem limite de mandatos, mas tendo em consideração o princípio da renovação.

2. Terminando o seu mandato, os titulares continuam transitoriamente em funções até à tomada de posse dos substitutos.

### **Artigo 11.º**

#### **Suspensão Mandato**

1. Um associado eleito poderá suspender o mandato por um período de até seis meses por impedimento comprovado, devendo comunica-lo ao Presidente do órgão para o qual foi eleito.

2. As funções serão assumidas pelo seu substituto até ao término do período de suspensão.

3. Verificando-se o impedimento de um dos eleitos para além de seis meses ou se o seu impedimento definitivo for participado por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o mesmo será substituído de acordo com o estipulado nos presentes estatutos.

### **Artigo 12.º**

#### **Perda de Mandato**

1. Perdem o mandato:

- a) Os eleitos que se demitam por iniciativa própria;
- b) Os eleitos destituídos pela Assembleia Geral;
- c) Os órgãos sociais destituídos pela Assembleia Geral em Assembleia expressamente convocada para o efeito;
- d) Por perda de quórum, em caso de demissão ou destituição da maioria dos eleitos de um órgão.

2. Em caso de demissão ou destituição de um dos órgãos eleito, os outros manter-se-ão em funções até ao final do mandato.

### **Artigo 13.º**

#### **Substituições**

1. Em caso de impedimento transitório ou definitivo dos membros dos órgãos sociais, a vaga será preenchida por um suplente da lista eleita para o órgão em causa, tornando-se efetivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos, com as devidas exceções previstas nos presentes estatutos.

2. No caso referido no número anterior, serão assumidas automaticamente, pelos membros substitutos, as suas novas funções até ao termo do mandato para que foram eleitos.

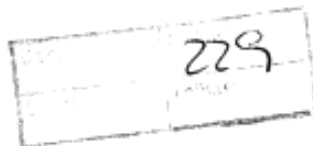
### **Artigo 14.º**

#### **Eleições**

1. As eleições para a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal serão feitas em Assembleia Geral por sufrágio universal, direto e periódico e por listas plurinominais apresentadas em relação a cada órgão.

2. As eleições para a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal são independentes entre si devendo ser entregues listas separadas para cada candidatura.





3. As listas candidatas deverão mencionar os nomes e cargos dos candidatos efetivos bem como o nome dos candidatos suplentes, sendo obrigatória a apresentação de Programas de Ação por parte das candidaturas à eleição para a Direção.

4. Podem ser candidatos aos órgãos sociais os associados que tenham, no mínimo, três anos de inscrição na associação e as quotas em dia, excluindo-se as pessoas coletivas.

## **SECÇÃO II**

### **Assembleia Geral**

#### **Artigo 15.º**

#### **Constituição e Direção da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos Estatutários, reunidos em sessão devidamente convocada, com as exceções previstas nos presentes estatutos.

2. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que é composta por três associados, eleitos por lista, sendo um presidente e dois secretários e dois suplentes.

3. Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete-lhe convocar a Assembleia Geral, abrir, suspender e encerrar a sessão, dirigir os trabalhos, coordenar a redação do texto das atas dos trabalhos das assembleias gerais e dar posse aos associados eleitos ou nomeados para todos os órgãos sociais.

4. Compete aos secretários coadjuvar o presidente e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos, bem como prover a todo o expediente da Mesa, redigir as atas das reuniões da Assembleia Geral e fazer a contagem dos votos.

5. A Assembleia Geral é convocada mediante publicação eletrónica do aviso onde constará o dia, hora e local da reunião e respetiva ordem de trabalhos.

6. As atas das sessões da Assembleia Geral só serão válidas depois de assinadas pelos elementos da Mesa que presidiu aos trabalhos.

#### **Artigo 16.º**

#### **Competência**

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir, os membros dos órgãos sociais;
- b) Fixar o valor da eventual jóia e das quotas;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas;
- d) Deliberar sobre a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento;
- e) Pronunciar-se quanto à alienação de bens móveis;
- f) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção da Associação;
- g) Aprovar os Regulamentos Internos sob proposta da Direção;
- h) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes a atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- i) Deliberar sobre todas as questões que interessem às atividades da associação e que sejam submetidas à sua apreciação.

## **Artigo 17.º**

### **Quórum**

A Assembleia Geral só poderá funcionar validamente em primeira convocação quando estiver presente ou representada, pelo menos, metade dos associados com direito a voto, podendo, contudo, realizar-se em segunda convocação, meia hora depois da hora marcada, com qualquer número de associados presentes.

## **Artigo 18.º**

### **Deliberações**

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.
2. É exigida a maioria qualificada de, pelo menos, quatro quintos dos votos dos associados, expressos na aprovação de matérias referentes à análise e votação de propostas submetidas pela Direção para a venda ou alienação de qualquer património imobiliário propriedade da Associação, bem como as referentes a deliberações sobre alterações de estatutos.
3. Nas deliberações sobre sanções a aplicar aos associados, o voto será secreto.

## **SECÇÃO III**

### **Direcção**

## **Artigo 19.º**

### **Constituição**

1. A Direcção da Associação é constituída por um número ímpar de membros, num máximo de sete efetivos e três suplentes dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e os restantes vogais, eleitos por lista, entre os sócios com direito a voto, excluindo-se as pessoas coletivas.
2. Os vogais suplentes substituem sempre que necessário os membros efetivos que estejam impedidos de desempenhar as suas funções.
3. Poderá haver vogais suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
4. Os suplentes, quando existam, poderão assistir às reuniões da Direcção mas sem direito a voto.

## **Artigo 20.º**

### **Competência**

1. Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:
  - a) Dirigir, coordenar e orientar o trabalho geral da Associação e praticar todos os atos necessários à prossecução dos objetivos estatutários;
  - b) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regulamentares e as deliberações dos órgãos sociais, mantendo em harmonia com eles, os interesses, a dignidade e a paz social da Associação;
  - c) Admitir associados e propor à Assembleia Geral a sua demissão;



- d) Dirigir e coordenar o funcionamento da Tesouraria, do Secretariado e das restantes estruturas da Associação;
  - e) Submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral o relatório e plano de atividades, orçamento, balanço e contas;
  - f) Apresentar proposta sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção da Associação;
  - g) Elaborar propostas de Regulamentos Internos;
  - h) Deliberar sobre as reclamações que lhe forem dirigidas por qualquer associado;
  - i) Celebrar contratos de qualquer tipo;
  - j) Adquirir quaisquer bens que, no caso de imóveis, deverão ser precedidos de parecer favorável do Conselho Fiscal;
  - k) Contrair empréstimos ou qualquer outro tipo de ato junto das entidades bancárias;
  - l) Nomear representantes e procuradores da associação, pessoas da sua confiança para a realização de determinados atos ou missões, assumindo, porém, solidariamente com esses representantes e procuradores a responsabilidade perante a Associação dos atos que estes praticarem no uso normal dos poderes que lhe forem conferidos e das instruções que receberem;
  - m) Criar ou aprovar projetos e grupos de trabalho, nomear responsáveis e definir as respetivas competências, assim como a sua dissolução;
  - n) Organizar e dinamizar meios de caráter didático e científico;
  - o) Estabelecer e orientar as relações e intercâmbio com associações congêneres e com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e promover a troca de ideias de caráter técnico e científico a bem da proteção e conservação da Natureza e da Associação;
  - p) Recorrer ao apoio técnico ou científico das pessoas ou organizações que considerem adequadas ao eficiente e pronto desempenho das suas funções;
  - q) Deliberar sobre todos os demais assuntos que lhe forem presentes nos termos legais ou dos presentes estatutos.
2. As competências da Direção são delegáveis num ou em mais do que um dos seus membros.
3. As decisões da Direção são tomadas por maioria, devendo, em caso de empate, contar com o voto de qualidade do presidente, exceto no que diz respeito às decisões relacionadas com venda e oneração de qualquer património imobiliário da Associação que requerem a presença de todos os membros e validação por uma maioria de quatro quintos.
4. A Direção precisa de acordo prévio da Assembleia Geral para alienar ou onerar quaisquer bens imóveis.
5. Para alienar bens móveis não é necessário o acordo prévio da Assembleia Geral mas é obrigatória a comunicação da alienação na primeira Assembleia Geral subsequente.

### **Artigo 21.º**

#### **Competências do Presidente**

O Presidente da Direção representa a Associação competindo-lhe, designadamente:

- a) Superintender na administração da Associação, orientando e fiscalizando os respetivos órgãos;
- b) Convocar, presidir e dirigir as reuniões da Direção, tendo voto de qualidade;
- c) Coordenar, dinamizar e implementar as resoluções da Direção;
- d) Dirigir as relações externas da Associação de acordo com a Direção;



- e) Celebrar quaisquer negócios jurídicos relacionados com a atividade e objetivos da Associação, no cumprimento das decisões da Direção;
- f) Adotar quaisquer medidas urgentes que o bom funcionamento da Associação exija e que considere necessárias e convenientes, informando a Direção com a maior brevidade possível.

## **Artigo 22.º**

### **Substituição do Presidente**

1. Em caso de impedimento transitório, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, e em caso de impedimento transitório de ambos, um dos vogais assumirá provisoriamente as funções de Presidente.
2. Se o impedimento do Presidente tiver carácter definitivo, o Vice-Presidente assumirá a Presidência da Direção, observando-se o estipulado nos presentes estatutos.

## **Artigo 23.º**

### **Competências do Vice-Presidente**

São competências do Vice-Presidente:

- a) Assistir e assessorar o Presidente da Direção no exercício do seu cargo, realizando as funções e tarefas nele delegadas;
- b) Em caso de impedimento do Presidente da Direção, substituí-lo nas competências por ele delegadas;
- c) Assumir a presidência da Direção, no caso de impedimento de carácter definitivo ou renúncia do Presidente, observando-se o estipulado nos presentes estatutos.

## **Artigo 24.º**

### **Substituição do Vice-Presidente**

1. Em caso de impedimento transitório, será o Vice-Presidente substituído pelo Tesoureiro.
2. Se o impedimento do Vice-Presidente tiver carácter definitivo, um vogal assumirá a vaga, observando-se o estipulado nos presentes estatutos.

## **Artigo 25.º**

### **Competências do Secretário**

Compete ao Secretário:

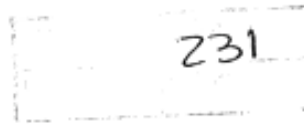
- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção organizando os processos e assuntos a serem tratados;
- b) Superintender nos serviços de secretaria.

## **Artigo 26.º**

### **Substituição do Secretário**

Em caso de impedimento transitório ou definitivo, o Secretário será substituído por um vogal de acordo com o estipulado nos presentes estatutos.





### **Artigo 27.º** **Competências do Tesoureiro**

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- d) Superintender os serviços de contabilidade e tesouraria.

### **Artigo 28.º** **Substituição do Tesoureiro**

1. Em caso de impedimento transitório ou definitivo, o Tesoureiro será substituído transitoriamente ou definitivamente por quem a Direção nomear, tendo em consideração as especificidades do cargo e os conhecimentos necessários para o melhor desempenho do mesmo.
2. No caso referido no número anterior, serão assumidas automaticamente, pelo membro substituto, as suas novas funções até ao termo do mandato para que foi eleito.
3. Terminando o seu mandato, o titular continua transitoriamente em funções até à tomada de posse do substituto.

### **Artigo 29.º** **Reuniões**

A Direção reunirá sempre que julgue necessário ou conveniente, devendo ser lavrada ata das suas deliberações.

### **Artigo 30.º** **Quórum**

A Direção não poderá deliberar sem a presença da maioria dos seus titulares.

## **SECÇÃO IV**

### **Conselho Fiscal**

### **Artigo 31.º** **Constituição**

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente e dois vogais e dois suplentes.
2. No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este pelo segundo, observando-se o estipulado nos presentes estatutos.

### **Artigo 32.º**

## **Competências**

1. É da competência do Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente:

- a) Fiscalizar a atividade financeira da Associação;
- b) Fiscalizar a gestão do património associativo;
- c) Acompanhar o trabalho da Direção no que respeita à gestão administrativa e financeira;
- d) Dar parecer sobre o relatório e plano de atividades, orçamento, balanço e contas a submeter à Assembleia Geral e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação;
- e) Dar parecer sobre a aquisição de bens imóveis;
- f) Apreciar e validar as listas eleitorais.

2. Os membros do Conselho Fiscal poderão assistir, sem direito a voto, às reuniões da Direção em que sejam versadas matérias da sua competência e dar pareceres sobre qualquer consulta que por aquela lhes seja solicitada.

### **Artigo 33.º**

#### **Pedido de informação**

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

### **Artigo 34.º**

#### **Competências do Presidente do Conselho Fiscal**

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Representar o Conselho Fiscal em todos os atos inerentes à sua existência legal.

### **Artigo 35.º**

#### **Substituição do Presidente do Conselho Fiscal**

- 1. Em caso de impedimento transitório, um dos vogais assumirá transitoriamente as funções de Presidente.
- 2. Se o impedimento do Presidente tiver carácter definitivo, um dos vogais assumirá a Presidência do Conselho Fiscal, observando-se o estipulado nos presentes estatutos.

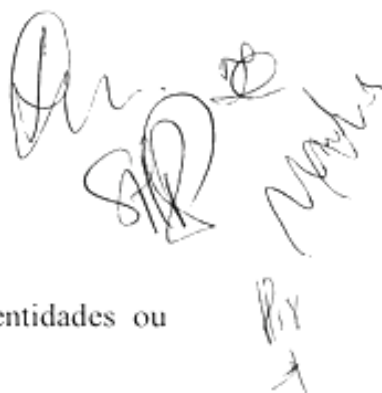
### **Artigo 36.º**

#### **Reuniões**

- 1. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada semestre.
- 2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

### **Artigo 37.º**

#### **Consultores**



O Conselho Fiscal pode, com carácter consultivo e temporário, integrar entidades ou especialistas das matérias em debate.

## **CAPÍTULO IV**

### **Regime Financeiro**

#### **Artigo 38.º**

##### **Receitas**

1. São receitas da Associação:

- a) As jóias e quotas dos associados;
- b) Subsídios, doações, legados, heranças e donativos de particulares e instituições que a Direção decida aceitar e que não ponham em causa a independência ou objetivos da Associação e respetivos rendimentos, ou qualquer tipo de liberalidade aceite pela associação nos termos da lei;
- c) Os rendimentos de bens próprios, venda de material promocional, direitos de autor e licenças de utilização;
- d) Receitas resultantes de atividades desenvolvidas pela Associação;
- e) Receitas resultantes da venda de produtos produzidos pelos associados da Associação;
- f) Quaisquer outras receitas não especificadas e de caráter legal.

2. As receitas devem destinar-se exclusivamente ao cumprimento e prossecução dos princípios e objetivos da Associação e, em caso algum, poderão ser distribuídos pelos Associados.

#### **Artigo 39.º**

##### **Despesas**

Configuram despesas da Associação todas as necessárias para a realização dos seus fins estatutários.

## **CAPÍTULO V**

### **Protecção do nome**

#### **Artigo 40.º**

##### **Uso do nome da Associação**

1. Não é permitido aos associados, colaboradores, membros dos órgãos sociais e de outras estruturas da Associação fazer uso público do nome da Associação, sem a expressa autorização da Direção, nomeadamente:

- a) Tomar posições públicas e efetuar manifestações em nome da Associação ou de qualquer um dos seus órgãos sociais;
- b) Utilizar o nome da Associação para a obtenção de benefícios pessoais a qualquer título.

2. É obrigatório o uso do nome e/ou logótipo da Associação nos projetos que estejam afetos à Associação.

3. Os logótipos, marcas ou patentes e os projetos da Associação considerados mais relevantes devem ser registados em nome da Associação junto da entidade legalmente competente para o efeito.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 41.º**

##### **Omissões**

Os casos omissos nos presentes estatutos são regidos por Regulamento Interno.

#### **Artigo 42.º**

##### **Alteração dos presentes Estatutos**

1. Os presentes estatutos apenas poderão ser alterados em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, com a antecedência de um mês, e requerida pela Direção ou por um mínimo de três quartos dos associados com direito de voto.
2. As alterações aos Estatutos serão aprovadas por maioria qualificada de quatro quintos dos associados presentes.

#### **Artigo 43.º**

##### **Dissolução da Associação**

1. A Associação só pode ser dissolvida, para além dos casos previstos na lei, em assembleia geral expressamente convocada para esse efeito, sendo necessário o voto favorável de pelo menos três quartos do número total de associados com poder deliberativo no pleno uso dos seus direitos.
2. Em caso de dissolução, a Associação manterá existência jurídica exclusivamente para efeitos liquidatários, de acordo com a lei vigente e com as deliberações da assembleia geral em que foi dissolvida.
3. Em caso de dissolução, os órgãos sociais ficarão confinados à prática de atos necessários à ulatimação de atividades pendentes, de compromissos assumidos e de liquidação do património social.
4. Com exceção do disposto na legislação em vigor, no caso de extinção da Associação, todo o património da Associação será doado a uma ou mais organizações sem fins lucrativos a definir em assembleia geral, que garantam a afetação do património aos fins para os quais foram adquiridos.

*Musleu Jueffordilho da Paixão*

*Joana Silvestre Rodrigues Cipriano*

*[Signature]*

A NOTARIA

*[Signature]*